

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

DE SANTA



CATARINA

ANO XXI

Florianópolis, 2 de fevereiro de 1955

NUMERO 5.304

QUATRO ANOS DE GOVÊRNO

Damos, a seguir, a íntegra do importante discurso proferido pelo Exmo. Sr. Governador Irineu Bornhausen, no dia 31 de janeiro, ao ensejo do transcurso do 4º aniversário de sua profícua administração:

Catarinenses,

Completo, no dia de hoje, o quarto aniversário da minha posse na Chefia do Executivo Estadual, cumprio com satisfação o indeclinável dever de relatar aos meus conterrâneos as principais realizações do meu Governo durante esse período, a exemplo do que, nesta mesma data, tenho feito nos anos anteriores.

A divulgação das atividades do Governo e do seu programa administrativo não é somente uma norma democrática, das mais salutares do regime, como também um imperativo de ordem moral, a que não pode nem deve fugir nenhum administrador ciente das suas responsabilidades e cômico do dever cumprido.

Com essa prática, de tão alto sentido democrático, lucra de veras o Povo, que, assim, ficará capacitado para julgar até que ponto o governante respondeu à sua confiança no exercício do alto cargo para o qual foi eleito; e ganha, também, o Governo, porque divulgando as suas atividades, vem desfazer dúvidas e clarear malentendidos entre os espíritos mal-avisados e, ao mesmo tempo, desmascarar aqueles que, agindo de má fé, procuram iludir a opinião pública pelo embuste e pela mentira, na obstinada e ingrata faina de agredir e insultar a honorabilidade de quem vem trabalhando pela grandeza da terra catarinense, sem medir sacrifícios nem poupar esforços no cumprimento da nobre missão.

Impossível seria, nos apertados limites de um discurso, fazer uma exposição pormenorizada da ação do Governo no quadriênio que vai de janeiro de 1951 a janeiro de 1955; limitar-me-ei, por isso, aos fatos mais importantes, aos elementos essenciais ao julgamento desse período administrativo.

Finanças

E' axiomático que o êxito de uma administração, quer no setor comercial, quer na vida pública, depende primordialmente de uma boa situação financeira. A essas palavras não quero dar o sentido de pujança financeira, traduzindo-as em termos de milhões; mas de finanças limpas, de equilíbrio orçamentário, de solvabilidade em face dos compromissos assumidos, como convém à atual conjuntura brasileira, que se não compadece com gastos supérfluos e imoderados dos dinheiros públicos.

De todos os catarinenses são conhecidas as condições em que encontrei o erário público, com uma arrecadação que mal beirava a casa dos 200 milhões, e uma dívida flutuante de várias dezenas de milhões de cruzeiros. No primeiro ano de Governo, graças a rigorosa compressão de despesas e a várias medidas saneadoras nos domínios da fiscalização, consegui elevar a ar-

recadação para 312 milhões, encerrando o exercício com um saldo disponível de 7 milhões de cruzeiros. Nos anos subsequentes, continuou o Governo encerrando os balanços com saldos financeiros disponíveis e reais, marcando cada exercício, novo e substancial acréscimo na arrecadação. Ao findar-se o ano de 1954, posso anunciar uma arrecadação de Cr\$ 578.000.000,00, verificando-se, por conseguinte, um excesso de Cr\$ 145.000.000,00 sobre a receita orçada. Tomando-se por base a arrecadação do exercício de 1950, que somou 235 milhões de cruzeiros, temos um aumento de 145% na receita do Estado, nestes últimos quatro anos.

A despeito do mau tempo que acarretou graves prejuízos à agricultura e ao comércio, com inegável reflexo na arrecadação, pôde o Governo, graças às medidas de compressão de despesas, postas em prática, fazer uma economia orçamentária de Cr\$ 43.700.000,00. Essa economia, mais o excesso verificado na arrecadação, permitiu ao Governo abrir vários créditos especiais e suplementares a fim de dar maior elasticidade ao seu programa de trabalho e acelerar o ritmo das obras em andamento.

E, como nos anteriores, encerrou-se o exercício financeiro com os compromissos em dia e um saldo real disponível de Cr\$ 11.000.000,00.

Esses dados, tomados em números redondos, ainda poderão sofrer pequenas alterações no encerramento do período adicional que hoje termina.

No discurso com que saudei o Exmo. Senhor Presidente da República, por ocasião de sua recente e honrosa visita ao nosso Estado, salientei a perfeita consonância existente entre as normas adotadas por Sua Excelência no plano federal e a política financeira do Governo catarinense, dentro da linha de austeridade e de moderação reclamada pela atual conjuntura em que se debate a Nação.

Chamei a atenção para o fato de que o atual Governo, até esta data, não contraiu nenhum empréstimo em Bancos. Assim, todas as obras que estão espalhadas por todos os recantos do território catarinense, realizadas, única e exclusivamente, dentro dos recursos orçamentários, não tendo, por conseguinte, o meu Governo contribuído para a aspiral inflacionista que assombra a vida brasileira.

O aumento da receita não decorreu da majoração dos impostos ou criação de novos tributos; mas, tão somente, do desenvolvimento econômico do Estado, a par das reformas introduzidas no setor fazendário, com o objetivo de tornar mais dinâmicos e eficientes os serviços de fiscalização na defesa dos interesses públicos.

Com os municípios, vem o Executivo cumprindo pontualmente o disposto no artigo 20 da Constituição Federal.

De 1951 a 1954 contribuiu o Estado com mais de 90 milhões de cruzeiros da sua receita para os municípios cujas arrecadações não ultrapassaram as do Estado no âmbito municipal.

Educação e Saúde

Santa Catarina sempre se situou em posição de relêvo entre os demais Estados da União no setor educacional, não só pela difusão do ensino primário, com a qual o Estado gasta mais de quarta parte da sua receita, como, também, pelo elevado índice de aproveitamento da população escolar. O atual Governo tudo tem feito para manter essa tradição, conforme demonstram os elementos que passarei a expor:

Quando assumi a Chefia do Executivo, havia 1.954 unidades escolares. Esse número sobe hoje a 2.535, tendo havido, consequentemente, um aumento de 581 unidades, ou seja quase um terço das existentes àquela época. Criaram-se, assim, durante o meu Governo, 9 Circunscrições Escolares, 1 Escola Normal, 14 Cursos Normais Regionais, 2 Escolas Profissionais Femininas, 15 Cursos Primários Complementares, 36 Grupos Escolares, 96 Escolas Reunidas, 407 Escolas Isoladas e 1 Escola Supletiva.

Em 1951, o Estado gastava com a Educação Popular Cr\$ 50.458.355,00; em 1954, essa despesa subiu a Cr\$ 111.587.342,50, o que vale dizer, a 26,13% da sua receita, apilando, portanto, nos serviços educacionais, cota superior à prevista no artigo 148 da Constituição Estadual. Percentualmente, Santa Catarina é dos Estados do Brasil que maior soma gastam com a Educação Popular, perdendo apenas para o Estado de São Paulo, que despendeu, em 1953, 25,33%, contra 24,16% gastos pelo nosso Estado.

Nessas despesas não estão incluídos os gastos com a construção, instalação e conservação de prédios escolares, os quais sobem a algumas dezenas de milhões de cruzeiros.

A preocupação do Governo não se limitou apenas a criar novas unidades escolares e dar maior elasticidade aos quadros do magistério primário. Ampliou, também, a rede de edifícios escolares, com instalações condignas, e adequadas à moderna técnica pedagógica. Do Governo passado recebi 24 Grupos Escolares em construção, a maioria dos quais em início de obras; além desses, comeci e concluí a criação de 13 Grupos Escolares, achando-se em obras mais 49, o que totaliza 86 estabelecimentos dessa categoria — construídos ou em construção — no meu Governo.

Cumpra observar que, nesse número, não estão incluídos vários estabelecimentos reformados, ou acrescidos de novas salas.

Para que se possa avaliar a extensão dessas atividades, basta dizer que os meus antecessores, em 15 anos de Governo, construíram apenas 48 Grupos Escolares.

Dar-se-á início, também, no corrente exercício, à construção da nova sede do Instituto de Educação de Florianópolis, que compreende um conjunto de vários edifícios de linhas modernas.

Durante esses quatro anos, não regateei a distribuição de bolsas e auxílios escolares, favorecendo grande número de alunos pobres. Em 1951, a ver-

ba para bolsas escolares era de Cr\$ 857.672,00. Em 1954, o Estado despendeu quase 4 milhões de cruzeiros, havendo atualmente, 1.885 alunos estudando com bolsas ou auxílios concedidos pelo Governo. O corpo magisterial foi aumentado de 2.221 cargos. Criaram-se 11 cargos na Carreira de Inspetor Escolar, 30 na de Diretor de Grupo Escolar, 400 na de Professor Normalista e 1.770 na de Regente do Ensino Primário.

Por outro lado, procurou o Governo melhorar o padrão de vencimentos e salários do Pessoal do Magistério Primário, do Instituto de Educação "Dias Velho", das Escolas Normais e Escolas Profissionais Femininas mantidas pelo Estado. Esse aumento alcançou a cifra de Cr\$ 10.579.678,00.

Com a sopa escolar, gastava o Estado, em 1950, menos de um milhão de cruzeiros. Em 1954 essa despesa subiu a 2 milhões de cruzeiros, perfazendo o total de Cr\$ 7.244.505,80 gastos no último quadriênio.

A Universidade de Santa Catarina, promessa feita pelo meu Governo à mocidade barriga-verde, já se pode considerar como uma realidade com a criação da Faculdade de Filosofia, aprovada por decreto recente do Governo Federal e cujos cursos já se encontram abertos à inscrição dos candidatos.

No setor da Saúde Pública, vem o Governo executando largo programa de atividades objetivando maior eficiência e amplitude nos serviços de defesa sanitária e assistência social.

Concluídos se encontram 19 Postos de Saúde e em construção mais 14, somando um total de 33 unidades sanitárias desse tipo, espalhadas pelo interior do Estado. No corrente exercício serão iniciados os Postos de Saúde de Chapecó, Taió, Palhoça, Braço do Norte, Brusque, Garopaba e Sombrio.

Os serviços de assistência, levados a efeito pelas unidades sanitárias mantidas pelo Estado, não sofreram solução de continuidade. Pelo contrário, de modo geral, foram ampliados, cumprindo registrar o aumento do Pavilhão de Tuberculose do Hospital de Lajes; a construção de nova ala no "Hospital Nerêu Ramos", com capacidade para mais 120 leitos; do "Pavilhão Juliano Moreira", anexo ao Hospital de Psicopatias da "Colônia Santana", já inaugurado.

Ainda no mesmo Hospital, acha-se em construção novo Pavilhão, este destinado a doentes mentais portadores de tuberculose.

Em Itajaí, constrói-se amplo e moderno Hospital-Maternidade.

Ultimam-se em Joinville as obras de ampliação da Maternidade local.

Em Florianópolis, concluíram-se, finalmente, as obras da "Maternidade Carmela Dutra", iniciada em 1945.

Agricultura

A assistência que o Governo vem carinhosamente prestando à agricultura, desde 1951, contou, no último ano, com os cuidados diretos da respectiva Secretaria, instalada em novembro de 1953. O acerto da criação dessa Se-

cretaria de Estado evidenciou-se no correr de 1954, em que se sentiu a ação permanente desse órgão no processo de assistência ao trabalhador rural.

Desde que se empossou este Governador, a política por ele seguida no setor da Agricultura tem sido procurar elevar o nível técnico das atividades agropecuárias. Orientou nesse sentido a ação dos serviços estaduais, e, através de acordos com o Ministério da Agricultura, conjugou, na mesma direção, todos os recursos lançados no Estado.

Este Governador, sempre que se lhe apresenta oportunidade, proclama os benefícios que a agricultura catarinense tem recebido do Governo Federal, por meio de acordos. O Serviço Florestal, a Defesa Sanitária Animal, o Fomento da Produção Animal, a Defesa Sanitária Vegetal e o Fomento da Produção Vegetal são serviços técnicos que se vêm desenvolvendo, graças a esse regime de cooperação recíproca. A construção da rede de postos de suinocultura deve-se à mesma forma de cooperação, estabelecida para o fomento das atividades agropecuárias. A construção da Escola de Iniciação Agrícola de Araquari, e da Escola Agro-técnica de Camboriú, a do Centro de Tratoristas de Itajaí e a do Centro de Tratoristas de Canoinhas são iniciativas que surgiram ligadas a ajustes entre o Estado e o Ministério da Agricultura, como, também, a rede de armazéns de trigo. Deve-se ressaltar, igualmente, o acordo para a Recuperação Agrícola da Ilha, por conta do qual se está construindo um posto de inseminação artificial. Em algumas dessas convenções, o Estado tem aplicado recursos federais exclusivamente; porém, na maioria delas, a contribuição estadual, em um terço da verba total, é dos seus elementos fundamentais. Qualquer que seja a forma do acordo, sua execução revela o zelo com que o Governador segue a sua política agrícola, unindo os recursos estaduais aos federais para evitar dispersão de esforços e obter o máximo rendimento desses recursos em benefícios da população catarinense.

O Governador vem-se empenhando na melhoria do gado leiteiro. Reprodutores selecionados têm sido distribuídos por todo o Estado, e vários postos de inseminação artificial foram instalados. O Ministério da Agricultura mantém um desses postos no Vale do Itajaí; o Estado instalou, também, um em Tubarão, que apresentou, no último ano, resultados surpreendentes. Outro posto está em vias de se terminar, construído na Fazenda Ressacada com os recursos do acordo para a Recuperação Agrícola da Ilha.

A suinocultura, uma das atividades de maior evidência na economia agrícola de Santa Catarina, contou com o prosseguimento das construções dos postos de Lajes, Videira, Caçador e Tubarão, a serem inaugurados em breve, e com o início dos postos de Brusque, Itajaí e Braço do Norte. No próximo mês, começará a construir-se, também, o de Nova Veneza. Os postos de Rio do Sul e Ibirama iniciarão, no mês entrante, a distribuição de suínos selecionados.

Não é demais encarecer o que representa essa iniciativa no quadro da nossa economia.

A indústria de produtos suínos, a mais importante do grupo das indústrias de alimentação que têm sua base na produção agrícola, contará, em breve, com matéria prima de alto rendimento. Ao mesmo tempo que a indústria se beneficia com esse melhoramento, a suinocultura eleva a sua renda, por estar em condições de produzir suínos de maior valor com as mesmas despesas com que criava os animais não selecionados.

No setor da produção vegetal, o Governador lamenta sinceramente os flagelos que assolaram as populações rurais no último ano. Granizo, enchentes e seca devastaram a terra catarinense, des-

truindo lavouras, causando prejuízos cujo vulto superou as possibilidades de socorro perfeito e eficaz por parte do Poder Público Estadual. O Governador, todavia, acompanhou de perto as vicissitudes por que passou a agricultura de Santa Catarina, embora nada lhe fôsse possível fazer, porque igualmente as obras públicas, indispensáveis à recuperação das populações flageladas, estavam a exigir recursos imediatos, em vista de as enchentes também as terem arruinado. Diante do volume dos prejuízos dos agricultores, qualquer auxílio, por parte do Estado, mesmo com a paralisação de todas as obras, seria, por insuficiente, irrisório.

A assistência à produção vegetal foi executada por intermédio das Associações Rurais. A estas, o Governador vem dando a máxima atenção. Por seu intermédio tem sido feita a distribuição de máquinas agrícolas e sementes. Em 1954, 1.809 máquinas, — entre arados, grades, semeadeiras, cultivadores, etc., — chegaram, por esse meio, aos lavradores. Todo esse material, como as sementes, foram entregues à Federação das Associações Rurais, que fez distribuição equitativa entre todos os municípios que possuem, em funcionamento, sua Associação Rural. O Governador, procurando prestigiar as associações de classe, demonstra, uma vez mais, que na assistência, que desenvolve, não há discriminação de qualquer espécie, atendendo da mesma forma todos os municípios.

No último quadriênio, construíram-se, sob o regime de acordo com o Governo Federal, nada menos de 8 armazéns de trigo, achando-se em construção dois silos, um em Videira e outro em Joaçaba.

De 1950 a 1954, a produção tritícola recebeu substancial incremento, passando de 80 para cerca de 200 mil toneladas a safra anual.

Com o Instituto Nacional do Café, o Governador assinou acordo para a prestação de auxílio à lavoura cafeeira, tendo distribuído, no último exercício, grande quantidade de mudas aos cafeicultores catarinenses.

Transportes

Não procedem as críticas que, de vez em quando, se fazem ao Governador, em face da pouca atenção que se estaria dispensando a esse importante setor da administração pública. Não faltaria à verdade, afirmando que poucos problemas têm merecido tanto cuidado do meu Governador, como o das rodovias. Quem quiser certificar-se disso, basta manusear os relatórios administrativos dos meus antecessores, de 1935 a 1950; e verificará que o Governador, em apenas quatro anos de exercício, construiu mais pontes do que eles em quinze anos de domínio público. Senão, vejamos: no período que vai de 1935 a 1943, durante o Governo do dr. Neréu Ramos, construíram-se 30 pontes, sendo 7 de concreto armado e 23 de madeira. Faltam os dados relativos a 1944-1946. No Governo do dr. Aderbal Ramos da Silva, ou seja, de 1947 a 1950, o número de pontes construídas sobe a 11, inclusive as pontes de madeira. Portanto, num período de 12 anos, os meus antecessores construíram apenas 41 pontes, sendo 29 de madeira e 12 de concreto armado. Durante o meu Governador, ou seja, de 1951 a 1954 já entreguei ao tráfego 50 pontes, sendo 22 de madeira e 28 de concreto armado. Somando-se a esse número mais 13 obras de arte ainda não inauguradas, temos um total de 63 pontes, entre as construídas e em construção. No exercício de 1955 prosseguirão os trabalhos das pontes em construção e serão iniciadas mais 38, havendo o Governador destinado, para esse fim, uma verba de 28 milhões de cruzeiros.

Além dos trabalhos de conservação, melhoramento e reconstrução de centenas de quilômetros, o D.E.R. construiu, durante esses quatro anos, mais de 300 quilômetros de estradas novas. En-

tre as principais rodovias em construção, cumpre mencionar a que liga Joinville a São Francisco do Sul, a reconstrução da antiga estrada Dona Francisca e a abertura do Serra do Rio do Rastro, entre Lauro Müller e Bom Jardim, ligando duas regiões geo-econômicas isoladas pelos paredões da Serra Geral.

As pequenas vias de penetração no interior longínquo também foram melhoradas, graças à cooperação dada aos municípios pelo Governo estadual em máquinas e mão de obra.

No corrente exercício, além do prosseguimento das rodovias em construção, serão atacadas as obras das estradas Laguna-Madre, Porto União-Caçador, Tubarão-Imaruí e Arroio Trinta-Videira.

Nos trechos Florianópolis-Santa Amaro e Itajaí-Blumenau prosseguem os trabalhos de pavimentação a paralelepípedos, iniciados no ano passado.

Mas, o que positivamente mais evidencia o cuidado com que o Governador vem cercando esse setor da vida administrativa, é o número de veículos e máquinas rodoviárias adquiridas pelo D. E. R. diretamente dos Estados Unidos, no valor de mais de 100 milhões de cruzeiros. Posso afirmar com satisfação que o D. E. R. se apresenta, hoje, perfeitamente aparelhado, dispondo de equipamento moderno e eficiente para o trabalho de conservação e reconstrução das nossas rodovias. Quem transita, hoje, pelas estradas estaduais, já deve ter observado que o trabalho de recuperação vai marchando em ritmo animador, observando-se sensível melhora no estado geral das estradas, depois das chuvas que caíram torrencialmente, durante meses a fio, de setembro de 1953 a julho de 1954, com enchentes verdadeiramente calamitosos em certas regiões do Estado. Em alguns Estados, como São Paulo e Paraná, o tráfego ficou suspenso durante semanas, o que, felizmente, não sucedeu em Santa Catarina, salvo interrupções de poucos dias em algumas estradas da região serrana. Mas profundos e extensos foram os estragos causados por esses temporais na estrutura do nosso sistema rodoviário. Contra a intemperie nada, infelizmente, podia fazer o Governador. Urge, por isso, intensificar os trabalhos de recuperação; e, para tanto, o D. E. R. já mobilizou todos os recursos, em máquinas e mão de obra.

Energia Elétrica

Um corpo de técnicos, contratado para a Comissão de Energia Elétrica, iniciou, em 1954, o estudo dos problemas de energia elétrica no Estado de Santa Catarina, e os projetos para a construção de usinas. Constatou o Governador, através dos estudos que a Comissão vem realizando, o acerto da construção da linha de transmissão Florianópolis-Jaraguá, para levar, a Joinville e ao Norte do Estado, a energia gerada pela usina termoeletrônica de Capivari.

Em 1951, ao tomar posse da governança estadual, encontrei a ideia de se construírem obras grandiosas nos rios Cubatão e Júlio, transvasando-lhes as águas para o Bracinho, afim de aumentar o volume deste último. Achando elaborado o projeto de ampliação da usina do Bracinho, executei-o. As demais obras não estavam projetadas. Eram simples ideias, que requeriam longos anos de estudos para se concretizarem. Enquanto tais estudos se efetuavam, o Governador construiu a linha de transmissão para socorrer a região norte com energia gerada no sul. Não havia outra alternativa, pois que somente em 1954 a empresa que contratara os estudos apresentou seu relatório, no qual desaconselhava a execução daquelas obras e mostrava as grandes inversões necessárias mas sem nenhum resultado proporcional a elas. Mesmo realizadas essas obras, cujo custo iria a algumas centenas de milhões de cruzeiros, ainda assim não haveria água para movimentar a usina do Bracinho.

A linha de transmissão Capivari-Ja-

raguá, se não tem tido funcionamento regular, é porque ainda não se concluíram as obras complementares em andamento.

Os estudos que se fazem visam à elaboração de um plano de eletrificação do Estado. Todos os cursos de água estão tendo seu potencial levantado, e cada queda d'água sua usina esboçada. Atendendo, porém, à situação de carência em que se encontra a economia catarinense, em relação a energia, foi iniciado um primeiro plano de grandes e médias usinas, capaz de atender a todas as regiões do Estado.

Para quem conhece as dificuldades inerentes ao aproveitamento da energia hidrelétrica, os estudos técnicos que se realizam são os primeiros passos para a construção das usinas de que o Estado necessita. A elaboração dos projetos exigem demorados estudos, que, em regra, levam anos a se completarem.

Esta é a fase preliminar dos trabalhos em que se empenha este Governador para resolver o problema da crise de energia, em futuro próximo.

Obras Públicas

Além dos prédios já mencionados, cujas obras estiveram a cargo da Diretoria de Obras Públicas, cumpre assinalar, ainda, a construção das seguintes: quartéis da Polícia Militar de Joaçaba, Chapecó, Dionísio Cerqueira e Canoinhas, este último iniciado no Governo passado; Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nas cidades de Blumenau, Chapecó, Concórdia, Dionísio Cerqueira, Guarani, Indaial, Joinville e Timbó; Coletorias Estaduais de Itajaí e Dionísio Cerqueira; a Colônia Penal de Canasvieiras; o Estádio da Federação Atlética Catarinense e o Parque Infantil de Florianópolis; reforma dos Grupos Escolares de Campo Alegre, Orleães, Porto União, São Joaquim e Seára, e um sem-número de obras menores, como prédios escolares na zona rural e a recuperação de vários edifícios públicos, antes condenados ao abandono.

Em construção se encontram as Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas de Curitiba, Gaspar, Ibirama, Jaraguá do Sul, Piratuba, Urussanga e Videira; o edifício do Fórum de Tubarão; a Seção Agrícola do Abrigo de Menores, no Município de Biguaçu; a reforma do Teatro "Alvaro de Carvalho"; os edifícios das Secretarias e das Diretorias, com 6 e 10 andares, respectivamente, obras essas cuja necessidade dispensa comentários, por isso que se destinam a abrigar as repartições públicas que, há anos, vêm funcionando em prédios dispersos e inadequados.

Releva consignar, também, a conclusão da Residência Oficial do Governador, no Bairro da Pedra Grande. Inaugurada em 17 de dezembro último, com a presença do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a Residência Oficial do Governador não é, como asseveraram os jornais da oposição, um "solar faustoso", para ostentação e luxo, mas obra necessária, indispensável num Estado em que o Governador, com a sua família, não tinha outra residência senão um simples quarto no Palácio do Governo. Aliás, o saudoso Hercílio Luz já havia reconhecido, no seu tempo, a necessidade de uma casa que servisse de residência aos Governadores. A prova disso é que fez construir, no mesmo local em que hoje se levanta o novo edifício, um prédio destinado a esse fim. Como a casa construída pelo saudoso estadista se destinasse a servir de residência, e não de armazém, ou depósito, aconteceu não suportar o peso das mercadorias que ali eram recolhidas, durante a última Guerra, havendo-se fendido as paredes e ruído o assaio, ficando praticamente em ruínas. Ao assumir o Governador, encontrando um projeto do tempo do dr. Neréu Ramos, autorizei a sua execução, feitas as modificações necessárias.

Essa obra custou aos cofres públicos

a importância de Cr\$ 9.101.912,10, assim discriminada: Cr\$ 6.556.184,60, custo da construção; Cr\$ 934.440,30, gastos com jardinagem, muros e avenidas; e Cr\$ 1.611.287,20, despesas com móveis e instalações.

Timbrou o Governo em empregar ali materiais e artigos fabricados no próprio Estado, prestigiando, desta forma, a indústria catarinense num edifício que será, daqui para diante, a sala de visitas da Capital do Estado.

No último exercício, concluíram-se, também, as obras de restauração e reforço da Ponte "Hercílio Luz". Por estranho que pareça, esse monumento da engenharia moderna, que imortalizou o Governo do ilustre catarinense que lhe deu o nome, se encontrava como que abandonado, sob a ação corrosiva do tempo. A par do reforço geral da estrutura metálica, contratado com a firma Oscar Machado da Costa, providenciou o Governo do Estado, por intermédio do D. O. P., a reforma geral do piso de madeira, tanto da pista de rolamento como do passeio, inclusive a pintura geral. Para essas obras, contribuiu o Governo da União com Cr\$ 7.000.000,00 e o estadual com Cr\$ 2.617.713,00.

Obras do Governo Federal

Mais de uma vez, tenho sido alvo de críticas da parte dos meus adversários pelo fato de aludir, nos meus discursos, às obras do Governo Federal em execução no Estado.

Não vejo por que razão deva o Governo silenciar em face dessas realizações, principalmente quando estão sob a direta fiscalização do Estado e vêm recebendo, da parte do Governo estadual, a mais decidida cooperação.

Graças ao desvelo com que o meu Governo tem acompanhado o andamento das obras federais e a aplicação das verbas a elas destinadas, pôde-se concluir, depois de 40 anos de trabalhos, o trecho Blumenau-Itajaí da Estrada de Ferro Santa Catarina, cuja inauguração se efetuou no dia 18 de dezembro último, com a presença do Exmo. Senhor Presidente da República.

Bem adiantadas vão as obras do Porto de São Francisco do Sul, as quais tomaram considerável impulso nestes últimos anos, estando concluídos, já, o cais acostável, um dos armazéns e a casa da Administração. Em Florianópolis foi concluída a primeira parte dos serviços de dragagem do canal de acesso ao Porto, que se achava obstruído há mais de 20 anos.

No Oeste catarinense constrói-se a "Estrada do Trigo", que será, dentro de alguns anos, a coluna dorsal da economia catarinense.

Aumento ao Funcionalismo

Aos funcionários públicos dei o aumento compatível com os recursos disponíveis, dentro das limitadas possibilidades da receita estadual.

Esse aumento, inclusive o "Salário-família", que passou de Cr\$ 60,00 para Cr\$ 150,00, importou num acréscimo de Cr\$ 87.886.110,60 à despesa anual com os servidores públicos.

Dê-lo não se beneficiou apenas o Pessoal Fixo, mas, também, o Pessoal Variável, os Extranumerários, os Inativos e os Pensionistas do Estado.

Foi o maior reajustamento de salário feito até hoje no Estado de Santa Catarina.

Incompreensão e má fé

Na Assembléia Legislativa a maioria continuou, como sempre, a criar as mais ingratas dificuldades à ação do Governo, aferrando-se a uma linha de conduta de sentido obstrucionista e de sistemática irredutibilidade partidária, chegando, mesmo, para atingir os seus objetivos, a interferir em assuntos da exclusiva competência do Poder Executivo, já definido, mais de uma vez, pelo Supremo Tribunal Federal.

Poderia citar numerosos exemplos que comprovam e ilustram a incompreensão e a má fé com que a oposição tem agido, naquela Casa, com referência aos projetos governamentais.

Um dos mais frisantes, é o que diz respeito ao saldo de Cr\$ 18.000.000,00 do exercício de 1953. No início dos trabalhos da legislatura de 1954, o Governo encaminhou à Assembléia Legislativa mensagem dispondo daquela importância para várias obras, como estradas, postos de saúde, grupos escolares, hospitais, etc. A maioria parlamentar resolveu, pura e simplesmente, engavetar a referida mensagem, prejudicando diversas obras de interesse público, cujo prosseguimento dependia da aplicação daquele saldo.

Pois bem, nos últimos dias do período legislativo, os deputados oposicionistas, sem o menor acatamento à mensagem do Governo, resolvem, eles próprios, desdobrar o projeto governamental, para darem a impressão de que foram eles os autores do projeto. Essa atitude não podia merecer, como não mereceu, a aprovação do Executivo, que prontamente recorreu ao veto — recurso que lhe confere a Constituição do Estado contra a exorbitância de poder.

O Projeto que criou as Colônias de Férias para os operários catarinenses, — também de origem governamental, — teve o mesmo destino, isto é, ficou meses dormindo no fundo da gaveta, e somente agora foi aprovado, porém, sem a atribuição dos recursos solicitados para a sua execução.

Cito apenas dois exemplos, pois seria impossível enumerar todos, nos limites de um discurso. Nestes quatro anos, o Governo já opôs mais de duzentos vetos a leis emendadas pelo Legislativo ou dêle procedentes, sendo que, várias vezes, teve de recorrer ao Judiciário para salvaguardar prerrogativas constitucionais violadas pela Assembléia.

É deveras lamentável que isso aconteça, pois o único a perder com essa oposição obstinada e sistemática da maioria parlamentar às iniciativas do Executivo não é, evidentemente, o Governo nem o Governador, mas o Povo catarinense, ao qual tenho servido e hei de servir até o fim do meu Governo, — com a Assembléia, sem a Assembléia ou apesar da Assembléia.

Plano de Obras e Equipamentos

Durante os quatro anos de direção da causa pública, tenho procurado resolver os problemas fundamentais do Estado, tanto no que se refere à sua economia como ao bem estar do seu Povo. Cheguei à conclusão de que os mais importantes — dêles, por sua magnitude, não podem ser resolvidos num único período governamental, exigindo sejam equacionados para solução dentro de prazo dilatado.

Não quero deixar fugir a oportunidade de anunciar ao Povo catarinense que enviarei à Assembléia Legislativa, para o exame devido, um Plano de Obras e Equipamentos, com que tais problemas serão resolvidos no decênio que se inicia.

Espíritos, que se não integram no regime democrático em que vivemos, não-de talvez perguntar: — "Por que, no último ano do seu mandato, há de um Governador organizar um plano que só poderá ser executado, em sua maior parte, pelos seus sucessores?"

A maioria do Povo desta terra generosa sabe que o Governo, — seja um governante ou uma série dêles, — deve manter, nas questões fundamentais para o progresso e bem-estar da coletividade, uma orientação na qual o tempo do mandato não tem significação. Aos que assim não pensam direi que um Governo consciente de suas responsabilidades não atua em termos dos anos ou meses que lhe restam para o exercício do Poder, porque este vem do Povo, e é como projeção desse Povo que os seus delegados tratam dos interesses coletivos. Acrescentarei que o dever do Governo é servir ao Povo, e

no cumprimento deste dever se fundem, como um só bloco, os períodos governamentais, a cuja frente se encontram homens dotados de espírito público.

O Plano de Obras e Equipamentos anunciado consiste na reconstrução, em condições técnicas modernas, das estradas de rodagem São Francisco-Porto União, Itajaí-Curitiba, Florianópolis-Lajes, e Laguna-Orleães-São Joaquim. Será a continuação da política rodoviária tradicional de Santa Catarina, trazida na garantia das ligações dos portos marítimos com as terras interiores. Nessas obras serão empregados mais de oitocentos milhões de cruzeiros.

No setor de energia elétrica, prevê-se a instalação de usinas que sirvam a todas as regiões da terra catarinense, de maneira a permitir-se o desenvolvimento industrial dos centros mais populosos e facilitar o abastecimento de energia às zonas rurais. Essas usinas totalizam a potência de 63.000 KW, superior à potência das usinas atualmente existentes, que atingem, somente a 56.000 KW. Há a ressaltar, ainda, que as obras civis serão construídas na previsão da instalação de mais 100.00 KW, o que tornará as futuras ampliações pouco dispendiosas. Os gastos com esse programa irão a quase 650 milhões de cruzeiros.

A agricultura contará com a assistência de um agrônomo e um veterinário em cada município, servidos de tratores e de todos os equipamentos necessários ao trabalho eficiente em benefício do lavrador e do pecuarista. Quatro campos experimentais selecionarão sementes adaptadas às diversas regiões catarinenses, e um Instituto de Química Agrícola e Industrial realizará análises de solos e orientará, para se obter a melhor produção, as pequenas indústrias que utilizam matéria prima de origem vegetal e animal. Neste plano serão investidos mais de 180 milhões de cruzeiros, num esforço que aumentará a produção agropecuária e elevará o nível das populações rurais.

No setor da educação, está programada a construção de um Jardim de Infância em cada Grupo Escolar, e do "Instituto de Educação de Florianópolis".

No da saúde, a construção de Postos de Saúde nas sedes municipais, que os não possuem, e em distritos dos grandes municípios, dentro do critério geral em que é computada a densidade de população.

O programa para a educação e saúde despendará mais de 180 milhões de cruzeiros, e abrangerá todo o Estado.

O Plano, de que falo neste momento, atinge todo o território catarinense. Não pode ser executado num único período governamental, nem tão pouco pode ser financiado pelos recursos orçamentários normais.

Por isso, confia o Governo não lhe faltem o apoio das forças econômicas do Estado e da futura Assembléia Legislativa.

Será um Plano que colocará o Estado de Santa Catarina no nível a que lhe dão o direito o trabalho do seu Povo e a riqueza do seu solo.

Palavras aos companheiros de ideais políticos

Dentro em breve as forças políticas irão indicar ao Povo catarinense os candidatos à sucessão governamental. Não posso deixar de dirigir uma palavra aos meus concidadãos sobre o momentoso assunto.

O pleito a realizar-se em outubro do corrente ano terá as mesmas garantias, por parte do Governo, que teve o do ano passado, de modo que cada cidadão possa livremente escolher o candidato da sua preferência.

Julgo de meu dever, porém, exortar os valerosos companheiros da jornada de 1950 a que aguardem serenamente a oportunidade para tratar de tão participante problema.

Da minha parte, posso assegurar-lhes que não ficarei indiferente a qualquer sucessão governamental. No momento oportuno, realizarei o problema, em comum acordo com as correntes políticas que apoiem o Governo, para que seja equacionado com acerto e segurança.

Podem ficar certos os meus companheiros de lutas políticas, e, de modo geral, o Povo catarinense, de que não pouparei esforços no sentido de que a escolha do nome do meu sucessor recaia num homem de bem, identificado com o espírito e os anseios da nossa gente e capaz de continuar a orientação político-administrativa do atual Governo.

Catarinenses,

Ao encerrar esta prestação de contas, grato me é registrar e agradecer a colaboração leal de todos aqueles que, desde o quadro do Secretariado de Estado, passando pelos Diretores dos diversos Departamentos e demais Repartições, até o mais modesto funcionário, vêm patrioticamente contribuindo para imprimir à atual administração um ritmo novo de trabalho fecundo e prosperidade incontestes.

O Povo catarinense, ordeiro, laborioso e honesto, bem merece que por ele, assim, desdobrems as nossas energias. Praza aos Céus que o ano de 1955 seja mais uma oportunidade de lhe demonstrarmos que tudo por ele desejamos fazer, de modo que não descreia jamais na probidade dos seus homens públicos, nem na sempre crescente grandeza da nossa Terra!

GOVERNO DO ESTADO

Decretos de 19 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: Nilda da Luz Cordeiro do cargo da classe I da carreira de Estatística-Auxiliar, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Célia Brognoli.

Promover, por antiguidade:

De acordo com o art. 58, § 2º, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Carolina Cascaes Dias, do cargo da classe I da carreira de Estatística-Auxiliar, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Marta Springmann.

Hilta Teodoro Benciveni do cargo da classe L da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, com exercício no Juí-

zo de Menores, ao cargo da classe M dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Waldyr de Moraes Lima.

Decreto de 22 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Hipólito de Medeiros do cargo da classe L da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, com exercício no Tesouro do Estado, ao cargo da classe M dessa carreira, vago em virtude da exoneração de Ivo Bandeira Corte.

Decretos de 26 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 60, combinado com o art. 62, da Lei n. 723, de 9 de setembro de 1952:

José Daura, ocupante do cargo de

Promotor Público, classe W-1, ao cargo de Promotor Público, classe X-1, da carreira do Ministério Público, do Quadro Único do Estado, com cargo de Chapeco, segunda entrada.

Jorge Edgard Ritzmann, ocupante do cargo de Promotor Público, classe X-1, ao cargo de Promotor Público, classe Y-1, da carreira do Ministério Público, do Quadro Único do Estado, comarca de Brusque, terceira entrada.

Nomear:

Hans Buendgens, ocupante do cargo da classe W-1, da carreira do Ministério Público, do Quadro Único do Estado, Promotoria Pública de Videira, primeira entrada, para substituir o segundo Sub-procurador Geral do Estado, padrão Z-4, sr. dr. Fernando Ferreira de Mello, enquanto durar as férias a este concedidas.

Decretos de 27 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Tornar sem efeito:

O decreto datado de 11 do corrente, que removeu Sérgio Boppé, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 45ª Zona Fiscal, com sede em Joaçaba, para a 20ª Zona Fiscal, com sede em Timbó.

Conceder exoneração:

De acordo com o art. 95, § 1º, alínea a, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Marinho Laus do cargo da classe L da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, que ocupa interinamente.

Nomear:

De acordo com o art. 15, item IV, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Moacir Laus para exercer, interinamente, o cargo da classe L da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da exoneração de Marinho Laus, para ter exercício no Tesouro do Estado.

Promover, por antiguidade:

De acordo com o art. 58, § 2º, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Etamar Silveira Goulart do cargo da classe H da carreira de Escrivão, do Quadro Único do Estado, com exercício no Posto de Arrecadação de Anitópolis, ao cargo da classe J, dessa carreira, vago em virtude da transferência de Reciere Alberton.

Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Dilney Ávila do cargo da classe H da carreira de Escrivão, do Quadro Único do Estado, com exercício na Coletoria de Tubarão, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da promoção de Crisanto Andrade.

Abdon Pereira de Liz do cargo da classe H da carreira de Escrivão, do Quadro Único do Estado, com exercício na Coletoria de Ituporanga, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da promoção de Wandir Francisco Machado.

Waldir Francisco Machado do cargo da classe J da carreira de Escrivão, do Quadro Único do Estado, com exercício na Coletoria de Nova Trento, ao cargo da classe L dessa carreira, vago em virtude da promoção de Natália Barreiros Rocha.

Remover:

Theodomiro Fagundes Lemos, ocupante do cargo da classe P, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 19ª Zona Fiscal, com sede em Indaial, para a 35ª Zona Fiscal, com sede em Mafra.

Orozimbo Caetano da Silva, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 36ª Zona Fiscal, com sede em Itaiópolis, para a 53ª Zona Fiscal, com sede em Pôrto União.

Antônio da Cunha Mendes, ocupante do cargo da classe P, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 9ª Zona Fiscal, com sede em Tijucas, para a 59ª Zona Fiscal, com sede em Braço do Norte.

Paulo Grossembacker, ocupante do cargo da classe Q, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 13ª Zona Fiscal, com sede em Rio do Teste, município de Blumenau, para a 36ª Zona Fiscal, com sede em Itaiópolis.

Nilson Aquiles de Miranda Santos, ocupante do cargo da classe L, da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro Único do Estado, da 17ª Zona Fiscal, com sede na Penha, município de Itajaí, para a 38ª Zona Fiscal, com sede em Major Vieira.

Osmar Rodrigues de Araújo, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 62ª Zona Fiscal, com sede em Orleães, para a 63ª Zona Fiscal, com sede em Urussanga.

Amir Campos, ocupante interino do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 64ª Zona Fiscal, com sede em Criciúma, para a 17ª Zona Fiscal, com sede na Penha, município de Itajaí.

José Tiago da Luz, ocupante do cargo da classe O, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 63ª Zona Fiscal, com sede em Urussanga, para a 65ª Zona Fiscal, com sede em Criciúma.

Alvaro Gentil Ibirapitanga, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 35ª Zona Fiscal, com sede em Mafra, para a 47ª Zona Fiscal, com sede em Piratuba.

Guilherme Alípio Nunes, ocupante interino do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 47ª Zona Fiscal, com sede em Piratuba, para a 13ª Zona Fiscal, com sede em Blumenau.

Nabor Teixeira Collaço, ocupante do cargo da classe N, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 53ª Zona Fiscal, com sede em Pôrto União, para a 58ª Zona Fiscal, com sede em Tubarão.

Decretos de 28 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar:

A Luiz Eugênio Beirão do cargo, em comissão, de Diretor, padrão Z, da Diretoria da Viação e Obras Públicas, por ter sido nomeado para exercer outro cargo.

Nomear:

De acordo com o art. 15, item I, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Gercino Silva, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor, padrão Z, da Diretoria da Viação e Obras Públicas, vago em virtude da exoneração de Luiz Eugênio Beirão.

Luiz Eugênio Beirão, para exercer o cargo, em comissão, de Diretor de Administração, padrão Z, da Secretaria da Agricultura.

Portarias de 21 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

João Teixeira da Rosa Júnior, ocupante do cargo da classe T, da carreira de Coletor, do Quadro Único do Estado, para Coletor da Coletoria de Joaçaba.

Dispensar:

João Teixeira da Rosa Júnior, ocupante do cargo da classe T, da carreira de Coletor, do Quadro Único do Estado, de Escrivão da Coletoria de Itajaí.

Portarias de 27 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Dispensar:

José Zomer Sobrinho, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro Único do Estado, do exercício de auxiliar na 2ª Zona Fiscal, com sede nesta capital.

Hermano Marinho Pereira, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, da 58ª Zona Fiscal, com sede em Tubarão.

Designar:

José Zomer Sobrinho, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Auxiliar de Fiscalização, do Quadro Único do Estado, para responder pela 9ª Zona Fiscal, com sede em Tijucas.

Hermano Marinho Pereira, ocupante do cargo da classe M, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, para ter exercício na Diretoria do Serviço de Fiscalização da Fazenda, sediada nesta capital.

Celso de Almeida Coelho, ocupante do cargo da classe R, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro Único do Estado, para ter exercício na 62ª Zona Fiscal, com sede em Orleães.

Portaria de 29 de janeiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 162, alínea a, combinado com o art. 164, da Lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949: A Luiz Felipe da Silva Gentil, ocupante da função de Guarda-Fiscal, referência X, com exercício no Posto Fiscal da cidade de Mafra, de sessenta (60) dias, com vencimento integral.

Portarias de 2 de fevereiro de 1955

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

Wallace Capela, Primeiro Tenente da Polícia Militar do Estado, para exercer as funções de Delegado Especial de Polícia (Delegacia Regional de Joinville).

Wallace Capela, Primeiro Tenente da Polícia Militar do Estado, para responder pelo expediente da Delegacia Regional de Joinville.

EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Portarias de 8 de janeiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Remover, a pedido:

Julietta Souza Silva, Professora auxiliar-diarista, da Escola isolada de Santiago, distrito de Pescaria Brava, município de Laguna, para a isolada de Ponta das Laranjeiras, no mesmo distrito e município.

Dispensar:

Alice Bender, da função de Professora auxiliar-diarista (Escola isolada de Caçador, distrito de Itá, município de Seára), a contar de 15 de fevereiro de 1955.

Portarias de 26 de janeiro de 1955

O SECRETÁRIO RESOLVE

Elogiar:

O professor Orlando Ferreira de Melo, ocupante do cargo de Lente, padrão S, do Quadro Único do Estado, pela dedicação e eficiência com que se houve na direção do Instituto de Educação e Colégio Estadual "Dias Velho", cujos serviços merecem

assinalados por úteis e proveitosos ao ensino normal de Santa Catarina.

Dispensar:

Pedro Cancian, da função de Professor Auxiliar diarista (Escola isolada de Leãozinho, distrito de Leão, município de Campos Novos).

FAZENDA

TESOURO DO ESTADO

Portaria de 18 de janeiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Admitir:

De acordo com o art. 19, do Decreto-lei n. 1.023, de 29 de maio de 1944:

Maria Isolina Amorim na função de Encarregada de Serviço, referência XII, vaga em virtude da dispensa de Maria de Lourdes Silva

Portaria de 22 de janeiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Admitir:

De acordo com o art. 19, do Decreto-lei n. 1.023, de 29 de maio de 1949:

Selma de Jesus Serrattine na função de Auxiliar de Escritório, referência X, vaga em virtude da dispensa de Maria Isolina Amorim.

Portaria de 27 de janeiro de 1955

O DIRETOR RESOLVE

Dispensar:

Maria Isolina Amorim da função de Auxiliar de Escritório, referência X, por ter sido admitido em outra função.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Resumo do termo de contrato firmado em 13-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e sr. José Fernandes dos Santos, a vigorar do dia 1º-1-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — José Fernandes dos Santos.

Nacionalidade — Brasileira.

Função — Desenhista Classe B.

Repartição — DER.

Remuneração — Cr\$ 2.000,00.

Verba — Pessoal Variável.

Duração — Dois (2) anos.

Data da assinatura — 18-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 27-12-54, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Henrique Linnemann, a vigorar de 1º de janeiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Henrique Linnemann.

Nacionalidade — Brasileira.

Função — Almoxarife Classe B.

Repartição — DER.

Remuneração — Cr\$ 2.000,00.

Verba — Pessoal Variável.

Duração — Dois (2) anos.

Data da assinatura — 10-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 11-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Valmor Coutinho, a vigorar do dia 1º de janeiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Valmor Coutinho.

Nacionalidade — Brasileira.

Função — Fiscal de Estradas.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 2.300,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 15 de janeiro de 1955.

Resumo do termo de contrato firmado em 12-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Adão Persi Hahn, a vigorar de 1º de janeiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Persi Adão Hahn.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Escriturário Classe D.
Remuneração — Cr\$ 1.600,00.
Verba — Pessoal Variável.
Data da assinatura — 12-1-55.
Duração — Dois (2) anos.

Resumo do termo de contrato firmado em 13-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Arnaldo Inácio da Silveira, a vigorar do dia 1º de janeiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Arnaldo Inácio da Silveira.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Fiscal de Estradas.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 2.300,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 15-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 13-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Eng. Humberto Machado, a vigorar de 15 de janeiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Humberto Machado.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Engenheiro Classe C.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Repartição — DER.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 13-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 17-12-54, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Nery Nicolazzi, a vigorar do dia 17-1-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Nery Nicolazzi.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Diretor da Divisão Administrativa.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 17-12-54.

Resumo do termo de contrato firmado em 17-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Oscar Mayerle, a vigorar de 1º-2-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Oscar Mayerle.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Almoxarife Classe B.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 2.000,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 18-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 18-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Eng. Adair Marcolla, a vigorar de 1º-2-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Adair Marcolla.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Engenheiro Classe C.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 18-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 18-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o engenheiro-civil Suero Luiz Maffessoni, a vigorar do dia 1º-2-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Suero Luiz Maffessoni.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Engenheiro Classe C.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 18-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 18-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o engenheiro civil Angelo Colbert De Carli, a vigorar do dia 1º de fevereiro de 1955

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Angelo Colbert De Carli.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Engenheiro Classe C.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 18-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 30-11-54, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Jayme Duarte Silva da Luz, a vigorar de 16-6-54

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Jayme Duarte Silva da Luz.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Fiscal de Estradas.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 2.300,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 24-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 20-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Nilton Meurer, a vigorar de 26-1-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Nilton Meurer.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Motorista.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 1.750,00.
Verba — Pessoal Variável.
Duração — Dois (2) anos.
Data da assinatura — 20-1-55.

Resumo do termo de contrato firmado em 17-1-55, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o senhor Eng. Leones Greipel, a vigorar do dia 15-1-55

Representante do DER, no ato — Eng. Felix Schmiegelow, diretor-geral do DER.

Nome do contratado — Leones Greipel.

Nacionalidade — Brasileira.
Função — Engenheiro Classe C.
Repartição — DER.
Remuneração — Cr\$ 5.000,00.
Duração — Dois (2) anos.
Verba — Pessoal Variável.
Data da assinatura — 18-1-55.

(493)

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138

Fones — 3079 — Diretor
2688 — Expediente

Diretor Interino

Dr. PAULO HENRIQUE BLASI

"DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO"

ASSINATURAS

Repartições e Particulares

CAPITAL E INTERIOR

Semestre Cr\$ 60,00
Ano Cr\$ 100,00

Funcionários

CAPITAL E INTERIOR

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 80,00

A V I S O S

ASSINATURAS:

As assinaturas do "Diário Oficial" poderão ser tomadas em qualquer época, por seis meses ou um ano, mediante pagamento antecipado.

Um mês antes do término da assinatura, afim de evitar solução de continuidade na remessa do jornal, serão expedidos avisos aos senhores assinantes, e, caso até dez dias após o vencimento da mesma, não hajam estes manifestado desejo de renová-la, será aquela sumariamente suspensa.

PUBLICAÇÕES:

Serão aceitos, para publicação, somente originais datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, as rasuras e emendas que nos mesmos se verificarem.

As publicações apenas serão feitas após haver a Tesouraria da IOE recebido a importância relativa ao custo das mesmas. A fim de evitar atrasos, os quais sempre acarretam prejuízos, pede-se com insistência aos interessados que, tão logo recebam comunicação do preço das publicações, feita sempre por telegrama, providenciem a remessa do numerário correspondente, por vale postal ou cheque bancário.

DEVEDORES ANTIGOS:

Confecções nas oficinas da Imprensa Oficial, bem como publicações no "Diário Oficial", somente serão autorizadas após haver a contabilidade informado a inexistência de débito por parte do interessado. Insiste-se, por conseguinte, sejam os mesmos saldados com a maior brevidade, a fim de evitar futuros embaraços.

RECLAMAÇÕES:

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Secção de Redação, no máximo até cinco dias após a saída do órgão oficial.

SEGURANÇA PÚBLICA

Requerimentos despachados

21 DE JANEIRO

N. 2 — Transportadora Imperial — Pague-se à vista das informações a quantia de Cr\$ 700,00, desentranhando-se os documentos necessários à comprovação da despesa de acordo com o Dec. n. 622 de 28-11-38.

24 DE JANEIRO

N. 1.009 — Fernando João Andrad — Como requer, tendo em vista o laudo médico.

28 DE JANEIRO

N. 355 — Munick de Souza Afonso — De acordo com o parecer. Arquivado-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Portaria de 21 de janeiro de 1955

O PREFEITO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com a Lei n. 214, de 22-11-1954:

A José Miguel de Souza, Coveiro de Cemitério de Distrito, referência I, com exercício no Cemitério de Armação do Pântano do Sul, de trinta (30) dias, com vencimento integral e a contar de 17 do andante.

Pede-se com empenho aos srs. assinantes pronto aviso em caso de qualquer mudança de endereço.

Outrossim solicita-se o favor de comunicar qualquer irregularidade verificada na expedição do jornal.

COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N. 2/55

O presidente da Comissão de Abastecimento e Preços no Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Federal n. 1.522/51, e,

Considerando o que ficou deliberado em Plenário em sessão de 18 de janeiro de 1955.

RESOLVE:

Art. 1º — Fica estabelecida para o município de Florianópolis a seguinte tabela de preços teto para a venda aos consumidores de carne bovina:

a) carne de 1ª s/osso à Cr\$ 27,00 por kg. com o máximo de 16% de contrapêso, (tatú, filé, colchão, alcatra, lombo, posta e patinho);

b) carne de 1ª c/osso à

Cr\$ 21,00 por kg. no máximo 25% de osso, (tatú, filé, colchão, alcatra, lombo, posta e patinho);	
c) carne de 2ª tipo "popular" à Cr\$ 13,00 por kg. com no máximo de 25% de osso, (peito, costela, pescocão e fralda);	
d) miúdos:	
Lingua uma	Cr\$ 22,00
Fígado kg.	Cr\$ 20,00
Coração um	Cr\$ 20,00
Rins par	Cr\$ 9,00
Dobradinha (fato) kg.	Cr\$ 10,00
e) do marchante ao varejista:	
Carne em quarto no Matadouro kg.	Cr\$ 18,00
miúdos:	
Lingua uma	Cr\$ 20,00
Fígado kg.	Cr\$ 17,00
Coração um	Cr\$ 17,00
Rins par	Cr\$ 7,00

Dobradinha (fato) kg. Cr\$ 8,00

Art. 2º — A carne de 2ª e do tipo "popular" de todas as rezes destinadas ao Mercado Municipal será única e totalmente vendida no compartimento n. 1 (um), do citado Mercado.

Art. 3º — Fica proibida a venda de carne verde moída nos açougues e Mercado Público desta Capital.

Art. 4º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Abastecimento e Preços, em Florianópolis, 27 de janeiro de 1955.

Eneidino Batista Ribeiro, presidente.

(Reproduzida por ter saído com incorreção do original)

PORTARIA N. 3/55

O presidente da Comissão de Abastecimento e Preços no Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere a Lei Federal 1.522/51 e tendo em vista o que ficou decidido em sessão ordinária de 18 do corrente,

RESOLVE:

Art. 1º — Homologar a seguinte tabela de tarifas para linhas de transportes intermunicipais, elaborada pelo Conselho Rodoviário, deste Estado:

PREÇO POR PASSAGEIRO / KM.

Tipo do veículo	Tipo da pavimentação	TIPO DA LINHA			
		Pequeno	Percorso	Percorso	
		Com mais de 50% em serra	Com menos de 50% em serra	Médio	Grande
LIMOUSINE 5 lugares	1) c/pav. concreto e betuminoso	0,53/0,65	0,19/0,59	0,60/0,72	0,60/0,74
	2) c/rev. tipo sílico argiloso ..	0,59/0,71	0,54/0,66	0,66/0,80	0,70/0,86
	3) de leito natural	0,66/0,80	0,59/0,71	0,73/0,71	0,76/0,92
CAMIONETA 9 a 13 lugares	1) c/pav. concreto e betuminoso	0,38/0,46	0,33/0,41	0,47/0,57	0,50/0,60
	2) c/rev. tipo sílico argiloso ..	0,47/0,57	0,40/0,48	0,54/0,56	0,58/0,70
	3) de leito natural	0,47/0,57	0,53/0,65	0,65/0,79	0,68/0,82
MICRO-ÔNIBUS 14 a 20 lugares	1) c/pav. concreto e betuminoso	0,33/0,41	0,31/0,37	0,37/0,45	0,38/0,46
	2) c/rev. tipo sílico argiloso ..	0,40/0,48	0,37/0,45	0,47/0,57	0,50/0,60
	3) de leito natural	0,47/0,57	0,43/0,53	0,53/0,65	0,55/0,67
ÔNIBUS 21 a mais lugares DE LUXO	1) c/pav. concreto e betuminoso	0,56/0,68	0,53/0,65	0,59/0,65	0,66/0,80
	2) c/rev. tipo sílico argiloso ..	0,60/0,74	0,56/0,68	0,77/0,95	0,83/1,01
	3) de leito natural	0,73/0,89	0,68/0,82	0,95/1,15	0,97/1,19
COMERCIAL	1) c/pav. concreto e betuminoso	0,28/0,34	0,24/0,30	0,34/0,42	0,36/0,44
	2) c/rev. tipo sílico argiloso ..	0,33/0,41	0,31/0,37	0,42/0,52	0,45/0,55
	3) de leito natural	0,40/0,48	0,37/0,45	0,51/0,63	0,52/0,66

Pequeno
Até 20 Km.

PERCURSO
Médio
De 20 a 60 Km.

Grande
Acima de 60 Km.

Art. 2º — Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 27 de janeiro de 1955.

Eneidino Batista Ribeiro, presidente.

(517)

CIA. DE AUTOMOVEIS SUL CATARINENSE S. A. — COMERCIAL E IMPORTADORA

Edital de convocação

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas a comparecerem à assembléia geral ordinária, que se realizará no dia 26 de março de 1955, às 14 horas, na sede social, à Avenida Acácio Moreira n. 1.771, na cidade de Tubarão, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954.

2º — Eleição do conselho fiscal.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 99 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Tubarão, 3 de janeiro de 1955.

Esperidião Amin Helou, diretor-presidente.

(3-1)

(311)

DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE TECIDOS S. A.

Edital de convocação

Convidamos, pelo presente edital, os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembléia geral ordinária que se realizará no dia 8 de março do corrente ano, às 16 horas, na sede social à rua 15 de Novembro, n. 25 com a seguinte

Ordem do dia

1) Aprovação do balanço e respectivos documentos referente ao exercício de 1954;

2) Eleição do conselho fiscal para 1955;

3) Outros assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, os documentos a que se refere o art. 99 do decreto-lei n. 2.627 de 26-9-1940.

Blumenau, 29 de janeiro de 1955.

Paulo Fritzsche, diretor.

(3-1)

(310)

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Guilherme Madsen e Noelia Paiva Quint, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes nesta capital. Ele, protético, nascido em Jaraguá do Sul, filho de Haroldo Madsen e Ana Murara Madsen. Ela, funcionária estadual, nascida nesta capital, filha de Jorge Quint e Mercedes Paiva Quint.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 1º de fevereiro de 1955.

Maria de Lourdes Caldas, escr. jur. no imp. ocas. do oficial.

(Reproduzido por ter saído com incorreção do original)

(314)

PREFEITURA MUNICIPAL

Edital

Com o presente, são convidados os abaixo relacionados, para dentro em 15 dias, a contar desta data, virem à Prefeitura para prestar esclarecimento em assunto nos quais são partes interessadas.

Número — Nome — Assunto

3.010/1954 — Alfredo Cherem —

Certidão negativa.

2.878/1954 — Henrique Stodieck —

Certidão negativa.

2.964/1954 — Inez Maria Tomé —

Certidão negativa.

1.895/1954 — João Francisco Martins —

Diversos.

1.204/1954 — Olávia Feijó Linhares —

Diversos.

2.122/1953 — Eugênio Portela —

Desmembramento.

Certifico outrossim que, findo o prazo indicado, sem que sejam apresentados quaisquer informações por parte dos acima convocados, serão os respectivos processos arquivados, à vista do que dispõe o parágrafo único do art. n. 44 da Lei n. 127 de 14 de janeiro de 1952.

Diretoria de Administração, 27 de janeiro de 1955.

Natercio Lemos Müller, chefe do expediente e pessoal.

(267)

AGRO INDUSTRIAL BRUNO HEIDRICH S. A.

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 25 de março de 1955, às 15 horas, no escritório da sociedade em Rio do Sul, com a seguinte

Ordem do dia

1º — Leitura e deliberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, tudo relativo ao exercício de 1954, encerrado em 31-12-1954.

2º — Eleição da diretoria.

3º — Eleição do conselho fiscal.

4º — Assuntos de interesse da sociedade.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, em Rio do Sul, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Rio do Sul, 20 de janeiro de 1955.

Bruno Heidrich, diretor-presidente.

Walmor Heidrich, diretor-gerente.

(3-1) (293)

INDÚSTRIAS GERAIS OURO S. A.

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas para a assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 26 de março de 1955, às 15 horas, no escritório da sociedade, em Rio do Sul, com a seguinte

Ordem do dia

1º — Leitura e deliberação sobre o relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, tudo relativo ao exercício de 1954, encerrado em 31 de dezembro de 1954.

2º — Eleição da diretoria.

3º — Eleição do conselho fiscal.

4º — Assuntos de interesse da sociedade.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, em Rio do Sul, os documentos a que se refere o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 1955.

Alfredo João Kriek, diretor-presidente.

Dário Althoff, diretor-gerente.

Pedro dos Santos, diretor-industrial

(314) (3-1)

(294)

BANCO DO BRASIL S. A.

CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

PRAÇA — ITAJAI (S. C.)

Licenças de Exportação emitidas, de 10 a 16-1-55
RELAÇÃO N. 2/54

Número	EXPORTADOR	MERCADORIA		Peso líquido	VALOR EM		Póto de embarque	País de destino
		Classif.	Especificação		Kgs.	Cr\$		
305-55/8-8	Carlos Leoni Ltda.	2.28.83	500 Fardos de fumo em folha, tipo Blumenau, sendo: 300 fardos de 2ª e 200 de 3ª classe	36.290	333.172,04	US\$ Austr. 19.235,95	Itajai	Austria
9-9	H. Adrer	2.28.83	Idem, idem	36.336	333.808,20	US\$ Austr. 19.270,60	Itajai	Austria
10-10	Indústria e Comércio de Madeiras S. A.	2.22.30	20 Standards de Pinho serrado, de I/II qualidade	56.037	77.112,00	US\$ Austr. 1.800-00-00	Itajai	Inglaterra
11-11	Ind. Agro Comercial Cassava S. A.	5.60.50	45 Tambores de Oleo de sassafraz, c/84% salvol	10.000	321.300,00	US\$ Amr. 17.500,00	Itajai	U. S. A.
12-12	Indústria e Comércio de Madeiras S. A.	2.22.30	25 Standards de Pinho serrado, de I/II qualidade	70.047	96.390,00	US\$ Amr. 1.875-00-00	Itajai	Inglaterra

Itajai, 17 de janeiro de 1955.
Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajai (S. C.)

José Antônio Navarro Lins — Gerente.

Roberto Carvalho Barros.

PRAÇA — BLUMENAU (S. C.)

Licenças de Importação emitidas, no período de 10 a 15-1-55
RELAÇÃO SEMANAL IMPORTAÇÃO N. 95-55/2

Número	IMPORTADOR	Classif.	Especificação	Cat.	Promessa de venda de câmbio	Peso líquido	VALOR EM		País de procedência	Póto de descarga
							Cr\$	Moeda estrangeira		
95-55/1-1	Fabrica de Chapéus Neils S. A.	2.62.11	Pelos de coelho	3ª	7.915 de F. Pólis.	1.923	188.200,00	US\$ Esp. 10.000,00	Espanha	Santos
95-55/2-2	Indústria Têxtil Cia. Hering	6.48.50	15.500 Agulhas para malharia	3ª	10.754/5, de Curitiba	9,1	12.233,00	US\$ Alm. 650,00	Alemanha	Itajai
95-55/3-3	Dr. Burghard A. Reimer Wedemeyer	8.51.60	1 Binoctulo marca Zeiss	3ª	7.801 de F. Pólis. Sem cobertura	0,8	1.000,00	US\$ Alm. 53,00	Alemanha	Rio de Jan.
95-55/4-4	Fábr. de Cad. e Bordados Haco S. A.	6.42.99	Máquinas p/fazer fitas, n.e., sendo: 1 enroladeira de fita, 1 prensa de rolo para acabamento e 1 máquina para enrolar fita a quente	4ª	322 de S. P.	200	6.200,00	US\$ Jap. 328,00	Japão	Itajai
95-55/5-5	Dr. Heinrich Zimmermann	7.17.53	Serras de fitas de engenho e circulares	3ª	7.873 de F. Pólis.	1.194	33.400,00	US\$ Alm. 1.778,00	Alemanha	Itajai
95-55/6-6	Dr. Heinrich Zimmermann	7.17.53	Facas para planas	3ª	7.873 de F. Pólis.	73	4.200,00	US\$ Alm. 222,00	Alemanha	Itajai

Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Blumenau (S. C.)

André Sada — Gerente interino.

Elmar R. Heineck — Contador interino.

PRAÇA — ITAJAI (S. C.)

Licenças de Importação emitidas, de 10 a 16-1-55
RELAÇÃO N. 2/55

Número	IMPORTADOR	Classif.	Especificação	Cat.	Promessa de venda de câmbio	Peso líquido	VALOR EM		País de proc.	Póto de descarga
							Cr\$	Moeda estrangeira		
305-55/1-1	Cia. Fabrica de Papel Itajai	2.29.12	Celulose sulfite crua, branqueada, marca "Har-la Asp"	2ª	7.520/1 de Florianópolis	27.780	112.920,00	US\$ Finl. 6.000,00	Finlândia	Itajai

Itajai (S. C.), 17 de janeiro de 1955.
Pelo BANCO DO BRASIL S/A. — Itajai (S. C.)

José Antônio Navarro Lins — Gerente.

Roberto Carvalho Barros.

EDITAL

Udo Altenburg, oficial do Registro de Imóveis e Hipotecas da comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem e interessar possa que, de acôrdo com o Decreto Lei número cinquenta e oito (58) de dez (10) de dezembro de 1937, Adolfo L. Fiedler, residente na cidade de Taió, dêste Estado, compareceu em meu cartório e fez o depósito do memorial, planta e mais documentos relativos às terras que pretende lotear na cidade de Taió, e que serão vendidas em prestações.

Todos os documentos estão neste cartório à disposição de quem os queira examinar e, decorridos trinta (30) dias da última publicação no "Diário Oficial do Estado" e "Nova Era" desta cidade, e, não havendo inapugnação, procederei ao registro respectivo, para que produza os efeitos decorrentes do Decreto-lei supra citado.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, afixo o presente edital no lugar do costume e o farei publicar no "Diário Oficial do Estado" e na "Nova Era", jornal que se edita nesta cidade. Dado e passado nesta cidade de Rio do Sul, aos 21 de janeiro de 1955.

Udo Altenburg, oficial do Registro de Imóveis. (283)

DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA

Edital

AFORAMENTO DE TERRENOS

Pelo presente edital ficam os interessados nos terrenos situados na faixa de fronteira, neste Estado, notificados a requerer, no prazo de 90 dias da publicação dêste edital, a ocupação e aforamento dos terrenos nêles compreendidos, sob pena, nos termos do art. 104 do Decreto-lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, de perda dos direitos que para tanto porventura lhes assistam ou de pagamento em dobro da taxa de ocupação.

Delegacia do Serv. do Patrimônio da União em Santa Catarina, em 27 de janeiro de 1955.

Ary Kerner Fenna Firme, Of. Ad. cl. O (475)

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE FLORIANÓPOLIS

Matrícula — 1955

1º ano — dias: 8, 9, 10, 11 e 12 de fevereiro, das 9 às 12 horas.

2º ano — dias: 13, 14 e 15 de fevereiro das 9 às 12 horas.

Documentação para efeito da matrícula

1º — Certidão de idade (15 anos até 31 de julho de 1955).

2º — Atestado de curso primário completo.

3º — Das candidatas casadas, exige-se a certidão de casamento.

Dia 1º de março, apresentação das professoras na Escola.

Florianópolis, 29 de janeiro de 1955

Cora Batalha da Silveira, diretora (502)

POLLI S. A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Assembleia geral extraordinária CONVOCAÇÃO

Pelo presente são convidados os senhores acionistas desta sociedade, para a assembleia geral extraordinária, a realizar-se no dia 5 de fevereiro próximo vindouro, às 16 horas, na sede social, à praça Quinze de Novembro, n. 25, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Eleição do diretor-gerente.
2º — Outros assuntos de interesse da sociedade.

Florianópolis, 27 de janeiro de 1955.

Arthur Polli, diretor-presidente. (275)

(3-2)

TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE

ESPAÇO ADICIONAL

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 21 DE JANEIRO DE 1955

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 20 (em caixa)	Cr\$ 2.177.744,10
Retirada de Bancos	2.000.000,00
Anulação de despesas	797,50
Depósitos de diversas origens	926,80
Despesas por créditos especiais	1.036,00
Total	Cr\$ 4.180.504,40

PAGAMENTOS

Secretaria do Interior e Justiça	15.958,50
Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social	134.809,10
Secretaria da Fazenda	66.210,00
Secretaria da Segurança	1.850,00
Secretaria da Agricultura	90,10
Dep. de Geografia e Cartog.	633,00
Depósitos de diversas origens	1.500,00
De exercício de 1954	2.000.000,00
Saldo na Tesouraria para o dia 22	1.959.453,70
Total	Cr\$ 4.180.504,40

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelec- mentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
TESOURARIA	664.174,40	555.510,10	661.620,20	78.148,70	1.959.453,70
Banco do Brasil	1.608.149,40	—	—	62.458,40	1.670.607,80
Banco Nacional de Comércio	3.637.727,10	766.098,70	—	69.376,60	4.473.202,40
Banco Indúst. Comércio	14.738.007,50	17.340.261,20	2.140.000,00	2.376,50	34.220.645,40
Banco Distrito Federal	3.968,70	—	—	270.734,20	274.702,90
Banco Paraná S. Catarina	—	749.746,10	—	—	749.746,10
Banco Crédito Agrícola	80.000,00	—	1.086.222,00	—	1.166.222,00
Caixa Econômica Federal	583.935,70	—	—	—	583.935,70
Inco Rio	—	275.672,00	—	—	275.672,00
TOTAIS	21.315.662,90	19.687.288,40	3.867.842,20	483.094,30	45.354.188,00

Jorge Silva
Enc. do Contrôlê
Francisco Gouvêa, pelo Subdiretor

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 21 DE JANEIRO DE 1955

RECEBIMENTOS

Saldo do dia 20 (em caixa)	Cr\$ 1.884.401,30
Receita Orçamentária	662,00
Repartições Fiscais C/de Saldos	65.000,00
Montepio	72.626,50
Anulação de despesa	1.651,50
Depósitos de diversas origens	33.232,40
A exercício de 1954	2.000.000,00
Total	Cr\$ 4.057.573,70

PAGAMENTOS

Secretaria do Interior e Justiça	208.937,00
Secretaria da Fazenda	354.523,90
Secretaria da Segurança	109.407,00
Secretaria da Viação e Obras Públicas	25.030,00
Secretaria da Agricultura	26.600,00
Montepio	9.238,30
Saldo na Tesouraria para o dia 22	3.323.837,50
Total	Cr\$ 4.057.573,70

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Estabelec- mentos	DO ESTADO	Depósitos especiais	Depósitos div. orig.	Montepio	Total
TESOURARIA	3.081.899,80	—	36.916,50	205.021,20	3.323.837,50
TOTAIS	3.081.899,80	—	36.916,50	205.021,20	3.323.837,50

Jorge Silva
Enc. do Contrôlê
Francisco Gouvêa, pelo Subdiretor

JUSTIÇA DO TRABALHO

Processos em pauta para instrução e julgamento

Ano de 1955

Dia 31 de janeiro, às 14 horas

Processo n. JCJ-10/55. Reclamante: Francisco Alfredo Coelho. Reclamada: Empresa de Engenharia, Arquitetura e Construções Ltda. Objeto: Indenização, aviso-prévio, salários, repouso semanais remunerados e férias.

Dia 1º de fevereiro, às 14 horas

Processo n. JCJ-11/55. Reclamante: Henrique Climaco Vieira. Reclamada: Confeitaria e Padaria Schmidt. Objeto: Reintegração.

Dia 2, às 14 horas

Processo n. JCJ-229/54. Reclamante: Tereza Oliveira. Reclamado: Alberto H. Schütz. Objeto: Diferenças de salários, suspensão e horas extraordinárias.

Dia 2, às 14,05 horas

Processo n. JCJ-5/55. Reclamante: Floriano Elias Ricardo. Reclamado:

Aristides José de Miranda. Objeto: Horas extraordinárias.

Dia 2, às 14,30 horas

Processo n. JCJ-230/54. Reclamante: João Teles Cortez. Reclamado: Cantídio Jovino da Silva. Objeto: Aviso-prévio, indenização, repouso semanais, diferenças salariais e férias.

Dia 3, às 14 horas

Processo n. JCJ-12/55. Reclamante: Duarte Miguel da Silva. Reclamado: Sílvia Nappi. Objeto: Indenização, aviso-prévio, salários, diferenças de salários e férias.

Dia 4, às 14 horas

Processo n. JCJ-13/55. Reclamante: Valdir Macedo. Reclamada: Empresa Barreiros. Objeto: Suspensão.

Dia 4, às 14,30 horas

Processo n. JCJ-223/54. Reclamante: Janir Amaro Luiz. Reclamado: João Moritz S. A. — Indústria e Comércio. Objeto: Aviso-prévio, salários e suspensão.

Florianópolis, 31 de janeiro de 1955
Antônio Adolfo Lisboa, chefe da secretaria.

(555)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

DIRETORIA DE FAZENDA

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 10 DE JANEIRO DE 1955

Saldo do dia 8 (em caixa)	Cr\$ 153.297,90
RECEBIMENTOS	
Arrecadação	79.397,20
RECEITA ORÇAMENTARIA	Cr\$ 232.695,10

PAGAMENTOS DESPESA ORÇAMENTARIA

BALANÇO	232.695,10
	Cr\$ 232.695,10

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria	232.695,10
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio	251.171,40
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo	191.939,00
Total	Cr\$ 675.805,50

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 10 de janeiro de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do contrôlê
Visto — Reinoldo Alves, Diretor.

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 11 DE JANEIRO DE 1955

Saldo do dia 10 (em caixa)	Cr\$ 232.695,10
RECEBIMENTOS	
Arrecadação	32.244,30
Depositantes de dinheiro	45,00
RECEITA ORÇAMENTARIA	Cr\$ 264.984,40

PAGAMENTOS DESPESA ORÇAMENTARIA

Serviço de Utilidade Pública	1.224,00
Restos a pagar	20.872,30
BALANÇO	242.888,10
	Cr\$ 264.984,40

DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

Na Tesouraria	242.888,10
No Banco de Crédito Popular e Agrícola c/aviso prévio	251.171,40
Na Caixa Econômica Federal c/empréstimo	191.939,00
Total	Cr\$ 685.998,50

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 11 de janeiro de 1955.
W. D'Alascio
Of. Adm. enc. do contrôlê
Visto — Reinoldo Alves, Diretor.

METALÚRGICA HENRIQUE WANKE S/A

Assembléia geral ordinária

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas, a comparecerem à assembléia geral ordinária, a realizar-se no dia 6 de março do corrente ano, às 9 horas, na sede social desta sociedade, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1) — Aprovação do balanço e contas do exercício de 1954.
- 2) — Eleição da diretoria.
- 3) — Eleição do conselho fiscal seus suplentes.
- 4) — Assuntos diversos.

Indaial, 19 de janeiro de 1955.
Henrique Wanke, diretor-presidente.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, os documentos que refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Indaial, 18 de janeiro de 1955.

Henrique Wanke, diretor-presidente.

(3—2)

(271)

CERAMICA PEDRO ANDRIANI S. A.

Assembléia geral ordinária

São convidados os senhores acionistas da sociedade a se reunirem em assembléia geral ordinária, no dia 19 de fevereiro p. vindouro, às dez horas, no escritório desta sociedade, nesta cidade, para exame, discussão e votação do relatório da diretoria, seus atos, contas e balanço e parecer do conselho fiscal, tudo referente ao ano social de 1954, bem como elegerem o conselho fiscal e

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

Edital de citação com o prazo de trinta dias

O doutor Waldemiro Cascaes, juiz de direito substituído da 1ª Circunscrição, em exercício do cargo de juiz de direito da 1ª Vara da comarca da capital do Estado de Santa Catarina, na forma da lei, etc.

Faz saber aos que o presente edital com o prazo de trinta (30) dias virem, ou dêle conhecimento tiverem, que foi designado o dia 8 de março próximo vindouro, às 14 horas, na sala das audiências deste Juízo, no Palácio da Justiça, a fim de que se promova os meios de reconciliação ou transação do casal Manoel Gomes, Irondina Ramos da Cunha, na forma da lei n. 968, de 10 de dezembro de 1949, para a qual por meio deste ficam os mesmos intimados. E, para que chegue ao conhecimento de todos mandou passar o presente edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Florianópolis, aos treze dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco. Eu, Hygino Luiz Gonzaga, escrivão, o subscrevi. (a.) Waldemiro Cascaes, juiz de direito da 1ª Vara, em exercício. Confere. Hygino Luiz Gonzaga, escrivão do Cível da 1ª Vara.

(292)

suplentes para o exercício de 1955, e tratar de outros assuntos de interesse social.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório desta sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Tijucas, 20 de janeiro de 1955.
Pedro Eulálio Andriani, diretor-presidente.

(3—3)

(263)